

## **REFORMA DO SERVIÇO DIPLOMÁTICO (1895)**

A passagem do Império para a República no Brasil provocou alterações no corpo diplomático, com a substituição de parte dos seus integrantes de modo a torná-lo “republicano”, perfil desejado pelos novos donos do poder para o serviço das relações exteriores. A imagem deteriorada do país, sobretudo na Europa, em decorrência da crise política e econômica subsequente à instituição do novo regime, forneceu argumentos para os críticos dos diplomatas vindos do Império, que, por incompetência ou desinteresse, não se estariam empenhando em neutralizar a corrente de opinião adversa à República. Esses diplomatas, juntamente com o corpo consular, foram tratados com desdém pelos censores mais severos, que os acusavam até de, em alguns casos, não conhecerem seu próprio país e, no extremo, dele se envergonharem.

Segundo vozes de integrantes do Congresso Nacional, o silêncio diante dos ataques da imprensa européia ao novo regime acarretava desprestígio e descrédito para o Brasil perante os países do Velho Mundo. Estas e outras acusações foram usadas para justificar a intenção de substituir os diplomatas herdados do velho regime por republicanos. Apesar de as restrições ao corpo diplomático não terem sido unânimes, pois havia defensores tanto na Câmara dos Deputados quanto no Senado, muitos parlamentares o viam, bem como o corpo consular, como uma casta de privilegiados, distantes do país, apadrinhados do velho regime. Notava-se a existência de verdadeiras dinastias. Conforme acusações que aparecem nos anais do Legislativo, filhos de diplomatas nascidos e criados no exterior, quando se tornavam também diplomatas, entravam no serviço mal falando o português. Não se pode, todavia, deixar de registrar que os recém-chegados ao poder tinham seus próprios apadrinhados a serem agasalhados no serviço público.

Tais críticas apareceram em meio à discussão sobre a reorganização do corpo diplomático travada Legislativo. O projeto de 1894 da Câmara dos Deputados tinha por objetivo reduzir despesas com a representação do país e ampliar a liberdade do governo na escolha dos seus ministros no exterior. Esse aspecto deu origem ao que instituía o artigo 1º, objeto de amplo

debate, pois fazia desaparecer a carreira ao estabelecer que os enviados extraordinários e ministros plenipotenciários formariam uma só classe.

As controvérsias tiveram lugar já no seio das próprias comissões que examinaram o projeto. Houve representantes contrários à extinção da carreira, como Lauro Müller e Augusto Montenegro, que denunciou a prevenção que existia contra os integrantes do corpo diplomático, pois a carreira não era impedimento para o Senado apreciar a escolha dos ministros plenipotenciários e enviados extraordinários, conforme determinava a Constituição. A decisão do Executivo não era tolhida pela carreira, uma vez que, excluída a promoção por antiguidade, era-lhe facultado (como já dizia a legislação) nomear ministros de primeira classe pessoas não pertencentes ao quadro diplomático. O fato é que por trás do artigo 1º estava o desejo de atropelar o pessoal antigo em favor daquele identificado com o novo regime.

Os favoráveis à extinção da carreira alegavam que constitucionalmente era o Senado que aprovava as nomeações de ministro plenipotenciário e, sendo a nomeação feita sob o princípio da confiança, este excluía a ideia de carreira. A esse argumento, Augusto Montenegro contrapunha que os ministros plenipotenciários não poderiam ser escolhidos na restrita área da confiança do ministro das Relações Exteriores; outros critérios, que não o da opinião política, deveriam nortear as nomeações. Segundo o deputado, a República tinha provocado modificações profundas na composição do quadro diplomático, pois quase todas as legações de primeira classe estavam providas por pessoas nomeadas pela nova situação.

Em 8 de novembro de 1895, o presidente Prudente de Moraes sancionou o decreto legislativo (Lei nº 322) que deu nova organização ao corpo diplomático e criou novos consulados. Além da aprovação do artigo 1º destacado, a reforma fixou outras disposições, das quais merece referência o parágrafo 6º, que criava a obrigação de exame de habilitação para a primeira nomeação na função de segundo secretário, mas dispensava dessa prova os bacharéis em direito. O privilégio reservado a estes fazia parte do âmago da questão e por isso teve defensores e opositores acérrimos, o que ilustra a vigência, à época, em parte da opinião, da associação entre diplomacia e direito e mostra o caráter jurisdicista que se

atribuía à função diplomática. A dispensa de exame de ingresso para aqueles graduados, em um país de bacharéis, e a extinção da carreira na forma preconizada no artigo 1º deram mais autonomia ao Executivo na composição do quadro de seus ministros plenipotenciários.

A reformulação da carreira **diplomática incluiu também** uma ampla discussão referente à distribuição das legações e consulados no exterior. Na redação final do projeto de 1894, chama a **atenção** o artigo 8º, referente à distribuição do pessoal de cada legação (o Brasil teria sua primeira embaixada só em 1905, em Washington). O artigo mostra a importância que se atribuía a cada uma delas, indicando, portanto, a visão do Legislativo sobre as relações do Brasil com o exterior, e permitindo inclusive perceber que áreas lhe mereciam atenção prioritária. Assim, as legações da Inglaterra e França teriam, além do ministro, um primeiro e dois segundos secretários. Estados Unidos, Argentina, Uruguai, Equador, Colômbia, Portugal, Alemanha e Itália, um primeiro e um segundo secretário. As demais nações da América, um primeiro, e as demais da Europa, um segundo secretário, concedendo-se ligeira importância às representações situadas na América. Pelo artigo 2º criaram-se legações na Colômbia e Equador, com sede em uma das capitais desses países, a ser definida. Suprimiu-se a legação do México. Os consulados do Brasil em Baltimore, Nova Orleans, Rosário, Frankfurt, Bremen e Vigo foram reduzidos a vice-consulados. Em contrapartida, criaram-se consulados em Cardiff, Estocolmo, Georgetown, Vera Cruz e Posadas, e vice-consulados em São Tomé e Libres. Em consulados importantes para as relações comerciais não houve qualquer alteração. Censurou-se o fato de as legações da América possuírem um primeiro secretário, ao que se explicou que aquelas eram pouco procuradas pelos diplomatas e, uma vez sem o respectivo ministro, o secretário respondia por todo o serviço.

A “republicanização” das relações internacionais do Brasil equivalia, também, na linguagem dos seus defensores, à sua regionalização, isto é, à ênfase ao contexto americano, como se pode observar nos pronunciamentos de Francisco Glicério, a quem não interessava a constelação do poder europeu. Parte dos deputados, evitados de jacobinismo,

tinha preconceito contra os países europeus em geral e, sobretudo, contra as monarquias, mesmo em prejuízo de interesses nacionais. Havia confusão entre ineficiência de serviço e sua desnecessidade. No tocante à América do Sul geralmente invocava-se, na defesa da permanência ou da criação de legações, razões comerciais, questões de limites pendentes e eventuais. Onde ainda eram poucos os interesses comerciais, a manutenção e a criação de legações eram defendidas por sentimento republicano. Se havia deputados imbuídos de romantismo quando discorriam sobre assuntos relativos à política externa, havia também os que, sob o argumento do corte de despesas, pediam a supressão da verba destinada a acorrer às despesas de determinados postos, o que acarretava sua extinção, visando, sobretudo, funcionários vindos da Monarquia.

De qualquer modo, a geração de diplomatas da República não deslocou todos os funcionários já existentes: só se afastaram ou foram afastados definitivamente os que não aceitaram as novas instituições. Desde praticamente o reconhecimento da República pelos Estados Unidos (29/1/1890), o velho republicano Salvador de Mendonça, cônsul-geral do Brasil em Nova Iorque desde 1875, exerceu a função de enviado extraordinário e ministro plenipotenciário do Brasil junto ao governo daquele país, até 1898. As outras legações do Brasil que também integravam o rol das mais importantes, como as situadas em Buenos Aires, Paris, Roma e Santiago, foram providas, logo após o advento da República, por pessoas que, se não ingressaram no quadro diplomático após o 15 de Novembro, eram identificadas com o novo regime: respectivamente, Assis Brasil, Gabriel de Piza, Xavier da Cunha e Ciro de Azevedo. João Artur de Sousa Correia, que ocupou a importante legação em Londres (onde chegou em julho de 1890), era diplomata vindo do Império. Da mesma forma, José Maria da Silva Paranhos Júnior, o barão do Rio Branco, cônsul-geral do Brasil em Liverpool desde 1876, monarquista que aceitou a República, atuou sob o novo regime como advogado do Brasil nos litígios de fronteiras com a Argentina (questão das Missões ou Palmas) e a França (questão do Amapá), e tornou-se ministro plenipotenciário do Brasil em Berlim (1900). Passado o período de euforia republicana e refluído o jacobinismo, prevaleceu a conciliação. Monarquistas aderiram à nova ordem. Em 1902, Francisco de

Paula Rodrigues Alves, que fora conselheiro do Império, assumiu a presidência da República, conduzindo o barão do Rio Branco, diplomata formado no antigo regime, para a chefia do Ministério das Relações Exteriores, onde ficou até falecer, em fevereiro de 1912. Joaquim Nabuco, monarquista convicto, que deixara a vida pública por coerência política após o advento da República, voltou a servir ao país como seu advogado na questão com a Grã-Bretanha pela definição dos limites com a Guiana. Em 1905 assumiu a chefia da primeira embaixada criada pelo Brasil, em Washington, função que exerceu até sua morte em 1910.

A República, contudo, inaugurou uma fase de mudanças. Tanto é assim que o Senado, já em dezembro de 1898 (início do governo Campos Sales), aprovava emenda à proposição da Câmara relativa ao orçamento do Ministério das Relações Exteriores para 1899, autorizando o governo, *ad referendum* do Congresso, a reformar a Secretaria das Relações Exteriores e reorganizar os serviços diplomático e consular. Mas, apesar de mudanças posteriores, a forma de provimento de missões diplomáticas de caráter permanente estabelecida nos anos iniciais da República prevalece até os dias atuais: pertence ao Poder Executivo, com a prévia autorização do Senado Federal, a atribuição de escolher seus chefes, independentemente de pertencerem ou não à carreira diplomática.

*Clodoaldo Bueno*

FONTES: ABRANCHES, J. *Governos* (v. 1); ALMEIDA, P. *Estrutura* (v.12, p.53-69); ARQ. NAC.; BUENO, C. *República*; CÂM. DEP. *Anais* (1891-93, 1895, 1897); Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil (24/2/1891); MIN. REL EXT. *Relatório* (1902-03, anexo 2); SENADO. *Anais* (1892-93, 1895, 1897)